

OS REFLEXOS DO ISOLAMENTO SOCIAL FRENTE AO COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL¹

458

Débora Karoline de Oliveira Magalhães¹, Amanda Geisler Aires Bispar², Mauricio Castilhos Marques³, Samuelly Bastos Fagundes⁴, Rafael Bueno da Rosa Moreira⁵

¹Acadêmica, Centro Universitário da Região da Campanha - URCAMP/Bagé, debrmagalhaes@gmail.com.

²Acadêmica, Centro Universitário da Região da Campanha - URCAMP/Bagé, amandabispar@gmail.com.

³Acadêmico, Centro Universitário da Região da Campanha - URCAMP/Bagé, mauricioc.m@hotmail.com.

⁴Acadêmica, Centro Universitário da Região da Campanha - URCAMP/Bagé, samuely1@hotmail.com.

⁵Doutor, Centro Universitário da Região da Campanha - URCAMP, rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

O objetivo geral da pesquisa é analisar os reflexos do isolamento social frente ao combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil. O problema que orienta a análise é quais são os reflexos do isolamento social frente ao combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil? Para a resolução do problema, cumpriu-se com os objetivos específicos: demonstrar as causas para o trabalho infantil; analisar o contexto de isolamento social frente ao combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil; e expor o papel das políticas públicas no desenvolvimento de ações e estratégias no contexto pandêmico. O método de abordagem é o dedutivo e o método de procedimento é o monográfico, utilizando-se de técnicas de pesquisa bibliográfica. Constata-se que os reflexos do isolamento social frente ao combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil trouxe consequências negativas ao desenvolvimento integral de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, porque gerou diversas violações de direitos e impactou diretamente no enfrentamento ao trabalho infantil e violência sexual. O despreparo no planejamento de ações e estratégias de políticas públicas com potencial de minimizar as violações de direitos resultantes do cenário de isolamento social dificultou o combate à exploração sexual comercial de meninos e meninas demonstrando os reflexos relacionado a proposta temática, o que cumpre com o eixo fundamental no enfrentamento ao problema.

Palavras-chave: Criança e Adolescente; Infância; Isolamento Social; Trabalho Infantil.

¹ Trabalho vinculado ao Projeto de Pesquisa Direito, Inovação e Novas Tecnologias do Centro Universitário da Região da Campanha - URCAMP, que faz parte dos estudos realizados pelo Grupo de Pesquisas sobre Direitos Humanos e Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes (GEDIHCA-URCAMP).

INTRODUÇÃO

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma violação de direitos caracterizada de forma conjunta como uma das piores formas de trabalho infantil e uma espécie de violência sexual. O contexto de isolamento social, ocasionado pela pandemia da Covid-19, gerou reflexos ao combate dessa forma de violação de direitos. A ausência de planejamento e ações estratégicas focadas para o enfrentamento do contexto pandêmico acentuaram as desigualdades econômicas, sociais e culturais que são uma das causas para a situação de exploração sexual comercial.

A investigação científica buscou cumprir com o objetivo geral de analisar os reflexos do isolamento social frente ao combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil.

A análise foi estruturada a partir da resolução do seguinte problema: quais são os reflexos do isolamento social frente ao combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil?

Para cumprir com a resolução da problemática, foram desenvolvidos como objetivos específicos: demonstrar as causas para o trabalho infantil; analisar o contexto de isolamento social frente ao combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil; e expor o papel das políticas públicas no desenvolvimento de ações e estratégias no contexto pandêmico.

METODOLOGIA

Utilizou-se como método de abordagem o dedutivo partindo da análise geral a respeito da situação de trabalho infantil e violência sexual contra crianças e adolescentes chegando à perspectiva dos reflexos do isolamento social para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (MEZZAROBBA; MONTEIRO, 2014, p. 91-92). Como método de procedimento foi

utilizado o monográfico em que “a investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que influenciaram e analisando-o em todos os aspectos” (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 256-257). A técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica, mediante a investigação em artigos científicos, revistas e teses relacionadas ao tema em discussão (ZAMBAM; BOFF; LIPPSTEIN, 2013, p. 90).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma forma de trabalho infantil e, também, de violência sexual sendo classificada pela Lista TIP (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil) como uma das piores formas de trabalho infantil. A Lista TIP é uma atribuição para o cumprimento da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho após sua ratificação pelo Brasil, que trata das ações imediatas para a erradicação das piores formas de trabalho infantil (BRASIL, 2008).

Essa modalidade de trabalho infantil é caracterizada pela prática de atividades de cunho sexual ou pornográfico mediante uma contraprestação financeira, o que caracteriza uma dupla violação de direitos (MOREIRA, 2020, p. 77).

A exploração sexual de crianças e adolescentes viola direitos humanos e fundamentais trazendo consequências negativas a pessoa em condição peculiar de desenvolvimento que deve ser integral e respeitar sua condição de humanidade (LONDOÑO, 2015, p. 250-252).

Diversas são as causas para essa prática, porém as principais encontram-se alicerçadas sob três aspectos que possuem relação com fatores econômicos, culturais e ausência de políticas públicas (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2015, p. 75-86).

A condição de pobreza e extrema pobreza são fatores determinantes que expõem crianças e adolescentes a inúmeras formas de violações de direitos, as quais se perpetuam no tempo e refletem no ciclo intergeracional de pobreza. Os mitos culturais são responsáveis pelo fator cultural impregnado na sociedade, uma vez que o discurso benéfico em torno do trabalho infantil é passado a cada geração. A ausência de políticas públicas no sentido de planejamento e ações estratégicas são obstáculos na busca pela efetivação de direitos no período compreendido como infância (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2015a, p. 75-86).

O período de isolamento social se torna mais uma barreira em meio aos reflexos negativos gerados pela Covid-19, uma vez que a redução de renda aliada à insegurança alimentar e a situação de fome são fatores que acentuam as desigualdades econômicas, sociais e culturais. Ou seja, a pandemia reflete no crescimento do contexto de vulnerabilidade social, gerando riscos de aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes (UNICEF, 2020, p. 10-28).

Em meio ao contexto pandêmico, o combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil se torna cada vez mais complexo em razão da acentuação do cenário de privação de direitos sendo necessário um olhar atento à infância mediante investimentos em políticas públicas durante e após o período de isolamento social com a finalidade de minimizar os impactos ocasionados pela Covid-19 e promover à inclusão social afastando o distanciamento entre classes, o qual ficou ainda mais evidente diante ao cenário da pandemia (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – CIDH, 2020, p. 16-17).

CONCLUSÃO

Percebe-se que os reflexos do isolamento social frente ao combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil trouxe consequências negativas ao desenvolvimento integral de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, porque a pandemia da Covid-19 gerou diversas

privações de direitos, impactando diretamente no enfrentamento ao trabalho infantil e a violência sexual. As desigualdades sociais, econômicas e culturais tendem a ser agravadas em razão ao aumento da situação de pobreza e extrema pobreza, as quais foram evidenciadas pelo contexto da pandemia e pelo despreparo no planejamento de ações e estratégias de políticas públicas com potencial de minimizar as violações de direitos resultantes do cenário de isolamento social. Tal despreparo põe crianças e adolescentes na condição de vítimas ocultas da pandemia, dificultando o combate à exploração sexual comercial de meninos e meninas e contribuindo para a perpetuação do ciclo intergeracional de pobreza.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 6.481. 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 05 set. 2020.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Pandemia e direitos humanos nas Américas. **Resolução nº 1/2020, de 10 de abril de 2020.** Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-1-20-pt.pdf>. Acesso em 05 set. 2020.

CUSTÓDIO, André Viana; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. **Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Reflexões Contemporâneas no Contexto do Brasil, da Argentina e do Uruguai.** Curitiba: Multideia, 2015.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2011.

LONDOÑO, Nora; et al. **Factores causales de la explotación sexual infantil en niños, niñas y adolescentes en Colombia.** El Ágora USB, Medellín – Colombia, v. 15, n. 1, p. 241-254, ene./jun. 2015.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. **As estratégias e ações de políticas públicas para a erradicação da exploração sexual comercial nos municípios brasileiros no contexto jurídico e político da teoria da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente**. 2020. 291 f. Tese (Doutorado em Direito), Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc, Santa Cruz do Sul, 2020.

463

ZAMBAM, Neuro; BOFF, Salete Oro; LIPPSTEIN, Daniela. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. Florianópolis: Conceito, 2013.